



CABEÇAS DE LISTA NOS CINCO DISTRITOS PRIORITÁ PARA A COLIGAÇÃO

Coligação escolheu sobretudo ministros e pesos-pesados do partido para encabeçarem a lista dos candidatos nos distritos onde pretendem ir mais além.

 Pedro Passos Coelho	 Maria Luís Albuquerque	 José Pedro Aguiar Branco	 Jorge Moreira da Silva	 Luís Montenegro
 António Costa	 Ana Catarina Mendes	 Alexandre Quintanilha	 Manuel Caldeira Cabral	 Pedro Nuno Santos

Infografia: Mário Malhão | mario.malhao@economico.pt



GANHE QUEM GANHAR

O Diário Económico convidou a várias personalidades nacionais - do mundo empresarial à gestão, passando pelas artes e pela ciência - a apontarem as prioridades para o Portugal nos próximos quatro anos.

Criar riqueza e distribuí-la melhor



Luís Pais Antunes
Managing Partner de PLMJ

Dentro de poucas semanas iniciar-se-á um novo ciclo político em Portugal. Teremos eleições legislativas e presidenciais, separadas por um pequeno número de meses, que definirão o caminho que iremos seguir, depois de um dos períodos mais exigentes da nossa história recente. A incerteza sobre os resultados, apontada pela generalidade dos estudos de opinião, em pouco influencia a definição das prioridades que devem caracterizar este novo ciclo. Mas condiciona - e muito - a sua concretização. Sem uma solução política estável, a governabilidade do país será afectada e grande parte dos esforços que deveriam ser dedicados à resolução dos problemas será consagrada à procura de respostas para o bloqueio do sistema de Governo. A instabilidade política, associada à ausência de uma cultura de compromisso, pode constituir o principal factor de perturbação do nosso quotidiano e condicionar aquela que deve ser a prioridade dos próximos anos: promover a criação de riqueza e distribuí-la de forma mais justa. O problema central de Portugal ao longo dos (muitos) últimos anos tem sido o do crescimento anémico da sua economia e o consequente endividamento crescente do Estado, das empresas e das famílias. Apesar dos sinais recentes de alguma evolução positiva, estamos ainda muito longe do patamar que nos permitirá responder aos desafios crescentes que enfrentamos. Sem criação de riqueza não conseguiremos enfrentar o desafio demográfico e os problemas

desencadeados pelo envelhecimento da população e pela quebra da natalidade. Assegurar a sustentabilidade dos nossos sistemas de saúde e de protecção social é fundamental para o bem-estar da população e o combate às desigualdades sociais. Ignorar a dimensão do desafio e continuar a defender o "tudo como dantes" pode render votos e simpatia; mas apenas contribui para o avolumar de um problema que se agrava a cada dia que passa. Sem crescimento económico não conseguiremos equilibrar as contas públicas de forma sustentada e diminuir a excessiva carga fiscal que pesa sobre as empresas e as famílias. Crescer mais implica criar condições para que o Estado faça bem aquilo que lhe compete (funções de soberania, administração da Justiça, equidade e protecção social, regulação e supervisão) e deixar que a sociedade faça melhor aquilo que o Estado não soube ou não quis fazer. Crescer mais obriga-nos a promover o mérito e a excelência, abandonando de vez a preocupação de tudo querer igualizar. Crescer mais impele-nos a imprimir celeridade, simplicidade e eficácia no funcionamento do sistema de Justiça, sob pena de vermos os investidores duvidarem do nosso país e os incumpridores a persistirem no incumprimento. ■

A instabilidade política, associada à ausência de uma cultura de compromisso, pode constituir o principal factor de perturbação do nosso quotidiano.